

**PARECER JURÍDICO Nº 013/2026**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. LEI 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MOTOCICLETAS. CONFORMIDADE LEGAL. VIABILIDADE. PROCESSO LICITATÓRIO 210/2025**

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se de análise jurídica do Processo Licitatório nº 210/2025, instaurado pelo Município de Cataguases/MG, que visa ao Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos oficiais do tipo motocicleta, incluindo fornecimento de peças e acessórios com base na tabela de preços genuína da fabricante/montadora dos veículos.

O procedimento foi solicitado por diversas Secretarias do Município (Saúde, Obras, Serviços Urbanos, Agricultura e Meio Ambiente, CATRANS) e seguirá a modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de Maior Desconto por Lote.

O valor global estimado da contratação é de R\$ 69.420,00 (sessenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais), sendo R\$ 39.900,00 referente a peças e R\$ 29.520,00 referente a serviços.

**É o relatório do essencial. Passo à análise.**

## **2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

A pretensão administrativa de realizar o Processo Licitatório 210/2025 encontra adequado amparo na legislação federal e municipal vigente. Conforme documentação analisada, a Administração Municipal estruturou o processo licitatório observando, na generalidade, os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelas normas municipais correlatas.

Verificou-se que o planejamento, a justificativa técnica, a pesquisa de preços e os procedimentos administrativos guardam conformidade substancial e formal com a legislação de regência.

### **2.1. Da Legalidade e Adequação da Modalidade Licitatória**

O Processo Licitatório 210/2025 foi concebido na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços. Essa escolha revela-se legal, adequada e suficientemente fundamentada pelos documentos que integram o processo administrativo.

O Pregão Eletrônico é modalidade licitatória apropriada para a contratação de bens e serviços comuns, categoria em que se enquadra o objeto da presente contratação, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, que define como serviços comuns "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado".

No caso em tela, o Termo de Referência adequadamente fundamenta que os serviços de manutenção preventiva e corretiva de motocicletas se enquadram na classificação de serviços comuns, encontrando verificação na própria descrição dos itens, cujas especificações técnicas são claras, objetivas e mensuráveis, compreendendo execução de manutenção preventiva e corretiva conforme normas técnicas das montadoras, com fornecimento de peças originais ou genuínas de fábrica.

A natureza pública desses serviços, bem como sua importância para a continuidade operacional e eficiência dos serviços públicos municipais nas diversas secretarias, justifica

plenamente a busca de maior competitividade através do Pregão Eletrônico, instrumento que possibilita ampla participação de fornecedores mediante plataforma eletrônica centralizada ([www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)), reduzindo custos de participação e maximizando o número de propostas.

O Sistema de Registro de Preços, conforme previsão dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, constitui procedimento auxiliar legítimo e adequado à natureza da contratação pretendida. Os artigos citados estabelecem que a Administração Pública, quando a licitação for realizada para "futuras e eventuais contratações", pode registrar preços em ata para utilização posterior "conforme sua necessidade, durante a vigência da ata, utilizando os preços e as condições já estabelecidos".

A presente contratação se enquadra perfeitamente nesse cenário, pois se trata de demanda compartilhada por múltiplas Secretarias (Saúde, Obras, Serviços Urbanos, Agricultura e Meio Ambiente, CATRANS), cujas necessidades de manutenção variam conforme o desgaste natural da frota e demandas operacionais específicas de cada entidade, justificando plenamente a natureza parcelada e eventual da prestação de serviços ao longo do período de vigência da ata (12 meses).

## **2.2. Da Pesquisa de Preços e Estimativa de Valor**

A pesquisa de preços para estimação do valor da contratação foi conduzida conforme os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que regulamenta a execução da Lei nº 14.133/2021.

Conforme documentação juntada ao processo (ANEXO VI – Cotação de Preços e Mapa Analítico), foram consultadas empresas especializadas em manutenção de motocicletas, priorizando aquelas localizadas no raio de 15 km de Cataguases, conforme exigência técnica de localização constante do Termo de Referência. Especificamente, foram convidadas nove (9) empresas locais, das quais três (3) responderam com propostas:

- Eng&Tec: R\$ 120,00/hora

- Oficina do Ronaldinho: R\$ 120,00/hora
- Mundial Moto Peças: R\$ 129,00/hora

O cálculo da média aritmética simples resultou em valor unitário de R\$ 123,00 por hora de trabalho, aplicado sobre estimativa de 240 horas totais, gerando subtotal de R\$ 29.520,00 para serviços. Adicionando-se o valor estimado para peças (R\$ 39.900,00, correspondente a R\$ 3.325,00 por motocicleta x 12 motocicletas), chegou-se ao valor global estimado de R\$ 69.420,00.

A metodologia de pesquisa de preços, conforme Instrução Normativa nº 65/2021, apresenta rigor técnico adequado. A decomposição de custos (peças por motocicleta + horas de serviço) demonstra análise granular e proporcional aos diferentes tipos de trabalho que serão executados. Não foram identificadas inconsistências ou saltos desproporcionais que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa.

### **2.3. Da Necessidade e Justificativa Técnica**

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta adequadamente, com profundidade técnica e jurídica, a necessidade da contratação. A manutenção preventiva e corretiva de motocicletas oficiais constitui obrigação operacional decorrente de múltiplos fatores:

1. Necessidade de funcionamento dos veículos: A frota de 12 motocicletas é amplamente empregada na rotina administrativa das diversas secretarias, no atendimento direto à população (particularmente pela Secretaria de Saúde e CATRANS), exigindo pleno funcionamento para garantir eficiência e continuidade das atividades públicas;
2. Desgaste natural da frota: Os veículos constam de diferentes anos de fabricação, sendo utilizados continuamente, o que torna indispensável a reposição periódica de peças e a execução de serviços de manutenção que assegurem a integridade, confiabilidade e segurança dos veículos;
3. Riscos operacionais da ausência de manutenção: O ETP adequadamente aponta os riscos decorrentes de falta de manutenção adequada, incluindo interrupções

de atividades, atrasos no atendimento às demandas institucionais, prejuízos à qualidade dos serviços essenciais prestados à comunidade, além de riscos de segurança aos condutores e terceiros;

4. Conformidade com políticas públicas: A continuidade da frota garante o funcionamento eficiente de políticas públicas críticas, particularmente aquelas relacionadas à saúde, transporte e serviços urbanos.

O risco à eficiência administrativa, bem como o impacto à qualidade dos serviços essenciais prestados à população, justificam amplamente a contratação sob perspectivas de legalidade, eficiência administrativa e cumprimento de obrigações funcionais impostas pela lei.

O ETP documenta adequadamente a análise comparativa entre alternativas de atendimento da necessidade identificada. Especificamente analisa: (1) Contratação de serviços completos (mão de obra, materiais e equipamentos); (2) Contratação apenas da mão de obra com fornecimento de materiais pela Administração; (3) Execução com mão de obra própria.

O Estudo conclui adequadamente que a Opção 1 (Contratação completa) é "a modalidade mais vantajosa, eficiente e segura para a Administração", justificando que "garante a continuidade e agilidade dos serviços, reduz custos indiretos e evita compras fracionadas pela contratante, minimiza riscos operacionais e técnicos, centraliza a responsabilidade na empresa contratada, apresenta melhor relação custo-benefício e menor carga administrativa". Tal análise comparativa é rigorosa e reduz significativamente a margem de questionamento por órgãos de controle.

## **2.4. Da Especificação Técnica e Requisitos de Habilitação**

O Termo de Referência estabelece requisitos técnicos mínimos rigorosos e proporcionais ao objeto:

- a) Qualidade Técnica: Execução conforme especificações técnicas das montadoras, com equipe técnica especializada em manutenção automotiva e profissionais treinados por marca;
- b) Peças Genuínas: Vedado absolutamente o uso de peças usadas, paralelas ou reconcondicionadas, exigindo-se comprovação de origem mediante solicitação da Administração;
- c) Capacidade Instalada: A empresa deve possuir oficina equipada adequadamente, com capacidade de atender simultaneamente no mínimo 2 motocicletas, e dispor de ferramental especializado (scanner automotivo, carregador de baterias, equipamentos de suspensão, ferramentas de regulagem, etc.);
- d) Localização Estratégica: Exigência de que a oficina esteja localizada em raio máximo de 15 km da sede da Prefeitura, fundamentada em necessidades de eficiência, redução de custos de deslocamento e otimização da disponibilidade da frota;
- e) Qualificação Técnica Comprovada: Exigência de comprovação de experiência prévia na execução de serviços de manutenção de motocicletas com grau de complexidade equivalente ou superior.

Todos esses requisitos são proporcionais, mensuráveis e diretamente relacionados ao objeto da contratação, observando-se o princípio da razoabilidade e evitando exigências descabidas ou discriminatórias que pudessem desestimular a participação de potenciais licitantes.

O Mapa de Risco identifica adequadamente os riscos operacionais e administrativos do processo, classificando-os em níveis de criticidade e apresentando ações preventivas e de contingência proporcionadas. A documentação demonstra compreensão adequada dos fatores críticos (planejamento deficiente, especificações inadequadas, indisponibilidade financeira, contratação de empresa incapaz).

## **2.5. Das Políticas Públicas Municipais Incorporadas ao Processo**

A análise revela que o Processo Licitatório 210/2025 incorpora adequadamente diversas políticas públicas municipais de relevância social e estratégica. Contudo, verificou-se que a transposição de algumas disposições para o Edital e seus anexos pode demandar reforço e clarificação.

Quanto à Lei Municipal nº 4.971, de 14 de agosto de 2023 (Programa Municipal de Contratação de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica), o art. 5º estabelece obrigatoriedade de "contratação de mulheres vítimas de violência doméstica, no percentual de 8% (oito por cento) da mão de obra total requerida para cumprimento das obrigações pactuadas", aplicável "sempre que a execução do objeto da avença ou cumprimento de encargo requeira a alocação de mão de obra pelo particular, com quantitativos mínimos de vinte e cinco colaboradores".

O objeto em tela – manutenção preventiva e corretiva de motocicletas – envolve necessariamente prestação de serviços que requer alocação de mão de obra. Embora o quantitativo mínimo de 25 colaboradores possa não ser atingido em cada execução individual do serviço, a soma das demandas das diversas Secretarias e a natureza contínua da relação contratual (Ata de Registro de Preços com vigência de 12 meses) sugerem que essa obrigação incidiria sobre a contratação.

O art. 6º da Lei nº 4.971/2023 estabelece as cláusulas obrigatórias, incluindo a "obrigação de o parceiro privado efetivar a contratação de mulheres vítimas de violência, no percentual de 8% (oito por cento) da mão de obra total requerida", sob pena de sanções administrativas, multa e rescisão contratual.

Recomenda-se que o Edital seja explicitamente revisado para incluir, como cláusula obrigatória: (a) obrigação de contratação de 8% de mulheres vítimas de violência doméstica; (b) monitoramento continuado durante toda a vigência da ata; (c) sanções específicas pelo inadimplemento, conforme art. 6º da Lei nº 4.971/2023.



Quanto à Lei Municipal nº 4.853, de 20 de junho de 2022 (Reserva de Vagas de Primeiro Emprego), o art. 1º e parágrafo único estabelecem que "fica obrigada a disponibilidade de 10% das vagas dos contratos de empresas terceirizadas com pelo menos dez empregados" para "jovens de 18 a 29 anos em busca de seu primeiro vínculo empregatício". Especificamente, o parágrafo único dispõe que "nas contratações de obras e serviços pela Administração Municipal (...) o contratado (...) fica obrigado a inserir jovens que residem no município de Cataguases e que ainda não tiveram acesso ao primeiro emprego, confirmado através da CLT".

O objeto em tela (serviços de manutenção de motocicletas) enquadra-se expressamente na categoria "contratações de serviços pela Administração Municipal", sendo legalmente exigível a reserva de 10% de vagas para jovens em primeiro emprego. O art. 2º da referida lei determina que "nos editais de licitação ou outros instrumentos convocatórios (...) deverá constar a obrigação do cumprimento dos termos desta Lei".

Recomenda-se igualmente que o Edital seja revisado para incluir expressamente: (a) obrigação de reserva de 10% de vagas para jovens de 18 a 29 anos em primeiro emprego; (b) critérios de comprovação; (c) mecanismos de fiscalização; (d) sanções pelo inadimplemento.

## **2.6. Da Adequação Orçamentária e Autorização Legal**

O Termo de Referência identifica adequadamente os centros de custos responsáveis pelas despesas, dispersando-as entre cinco Secretarias:

- Fundo Municipal de Saúde (Centro 02.009)
- Secretaria de Obras (Centro 02.012)
- Secretaria de Serviços Urbanos (Centro 02.013)
- CATRANS (Centro 02.014)



- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (Centro 02.015)

Esta alocação descentralizada reflete adequadamente a natureza compartilhada da demanda. A dispersão de centros de custos evita concentração indevida de despesa e demonstra que a necessidade foi identificada por múltiplas unidades administrativas, justificando plenamente a contratação pela modalidade de Ata de Registro de Preços com parcelamento eventual.

## 2.7. Da Conformidade com Princípios Constitucionais e da Lei nº 14.133/2021

A estruturação do Processo Licitatório 210/2025 observa adequadamente os princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37, CF/88) e os princípios específicos da Lei nº 14.133/2021 (art. 5º). Especificamente:

- **Legalidade:** Fundamentação em Lei Federal nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e jurisprudência;
- **Impessoalidade:** Utilização de plataforma eletrônica centralizada (comprasgovernamentais.gov.br) que automatiza procedimento e reduz discricionariedade;
- **Moralidade:** Processo transparente, documentado, com fundamentação técnica e anuência de órgãos supervisores;
- **Publicidade:** Publicação em plataforma eletrônica centralizada de acesso público;
- **Eficiência:** Modalidade Pregão Eletrônico maximiza participação e competitividade;
- **Padronização de Critérios:** Critério de julgamento bem definido e conhecido antecipadamente;
- **Economicidade:** Pesquisa de preços realizada conforme IN 65/2021 com múltiplas fontes de consulta;
- **Vantajosidade:** Análise comparativa de modalidades de atendimento com conclusão bem fundamentada;
- **Segurança Jurídica:** Fundamentação técnica robusta, documentada e disponível para análise de órgãos de controle;

- **Competitividade:** Pregão eletrônico abre participação a qualquer licitante credenciado no SICAF e na plataforma de compras;
- **Razoabilidade e Proporcionalidade:** Exigências técnicas proporcionais ao objeto contratado; sanções adequadas ao inadimplemento.

## 2.8. Análise da Estrutura de Lotes e Indivisibilidade

O Termo de Referência estabelece adequadamente a estrutura de lotes indivisíveis:

- Lote 1: Manutenção de motocicletas da marca Yamaha (3 unidades)
- Lote 2: Manutenção de motocicletas da marca Honda (9 unidades)

A opção pela estruturação em lotes por marca de motocicleta apresenta justificativa técnica legítima, uma vez que cada fabricante possui normas técnicas específicas, peças com especificações distintas e, potencialmente, oficinas especializadas com expertise particular em cada marca.

Conforme fundamentação do Termo de Referência, a adoção do critério Maior desconto por Lote evita fragmentação injustificada do objeto, em observância ao que orientam os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

## 3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, com base na análise técnica dos documentos apresentados e na legislação aplicável, esta Procuradoria opina pela **VIABILIDADE** da abertura do Processo Licitatório nº 210/2025, na modalidade Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos oficiais do tipo motocicleta, incluindo fornecimento de peças e acessórios com base em tabelas de preços genuínas da fabricante/montadora.

Contudo, a viabilidade está condicionada à adoção de medida corretiva que visa garantir segurança jurídica, conformidade com legislação municipal correlata, transparência e respeito aos princípios constitucionais de Administração Pública.

### 3.2. Questões Centrais de Conformidade

A análise jurídica do processo revela que os elementos essenciais de uma licitação legítima foram adequadamente estruturados:

- **Necessidade Justificada:** Estudo Técnico Preliminar demonstra legalmente a necessidade e proporcionalidade da contratação, com análise comparativa de modalidades alternativas;
- **Modalidade Adequada:** Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços é modalidade legítima para serviços comuns de natureza eventual;
- **Pesquisa de Preços Rigorosa:** Conforme Instrução Normativa nº 65/2021 com consulta a múltiplos fornecedores locais e método matemático transparente;
- **Critério de Julgamento Fundamentado:** Estrutura de maior desconto por lote encontra fundamentação em princípios de economicidade, eficiência e proporcionalidade;
- **Conformidade Constitucional:** Observância integral dos princípios constitucionais do art. 37, CF/88 e dos princípios específicos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021;
- **Incorporação de Políticas Públicas:** Referência adequada às Leis Municipais nºs 4.971/2023 (Mulheres Vítimas de Violência) e 4.853/2022 (Primeiro Emprego), bem como Decreto nº 5.811/2023 (IRRF).

### 3.3. Recomendações para Segurança Jurídica

Para garantir plena conformidade legal e máxima segurança jurídica do processo, recomenda-se incorporar explicitamente ao Edital e seus anexos as disposições das Leis Municipais nº 4.971/2023 e nº 4.853/2022, incluindo:

**a) Lei Municipal nº 4.971/2023 (Mulheres Vítimas de Violência):**

- Incluir cláusula obrigatória exigindo contratação de 8% de mulheres vítimas de violência doméstica da mão de obra total;
- Prever sanções administrativas, multa e rescisão em caso de inadimplemento;

**b) Lei Municipal nº 4.853/2022 (Primeiro Emprego):**

- Incluir cláusula obrigatória exigindo reserva de 10% de vagas para jovens de 18 a 29 anos em primeiro emprego;
- Definir critérios de comprovação;
- Prever mecanismos de fiscalização e sanções pelo inadimplemento;

### **3.4. Parecer Conclusivo**

Cumprida a recomendação acima, o Processo Licitatório nº 210/2025 poderá prosseguir de forma regular, segura e em conformidade com:

- Lei Federal nº 14.133/2021;
- Legislação municipal correlata;
- Princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37, CF/88).

A contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de motocicletas, no valor estimado de R\$ 69.420,00, representa medida administrativa adequada, legal, economicamente vantajosa e necessária à:

- Preservação da operacionalidade da frota municipal;
- Garantia da continuidade dos serviços públicos essenciais;
- Cumprimento de obrigações de eficiência e segurança;
- Promoção de políticas públicas municipais de relevância social.

O sistema de Ata de Registro de Preços permite flexibilidade operacional para atendimento das demandas parceladas de diversas Secretarias ao longo de 12 meses,

conforme necessidade identificada em cada unidade administrativa. A modalidade Pregão Eletrônico garante competitividade, transparência e acesso de múltiplos fornecedores, maximizando as possibilidades de obtenção de melhores preços e condições.

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases, 12 de janeiro de 2026.

**Jaqueline Bastos Coutinho**  
**Procuradora do Município**  
**OAB/MG 233.809**